

Neste boletim, a AEPET publica artigos produzidos pela diretoria, que tiveram repercussão na imprensa. Todos refletem as opiniões dos que defendem a Petrobras, o Monopólio Estatal do Petróleo e, conseqüentemente, a Soberania Nacional, tão ameaçada nos últimos tempos.

Somente a força e a veracidade dos argumentos contidos nestes textos explicam o espaço que eles obtiveram junto à mídia, na maior parte das vezes engajada na campanha neoliberal que pretende, em última instância, o desmantelamento do Estado Brasileiro.

Ricos de olho grande

Por que será que as empresas multinacionais e os representantes dos países ricos estão tão interessados em acabar com o nosso Monopólio Estatal do Petróleo? A resposta, simples e imediata, é a seguinte: porque o Brasil tem dez bilhões de barris de reservas, que deixam os ricos de olho grande. Já os países capitalistas avançados não têm, em sua grande maioria, petróleo. São importadores do produto. As reservas do Japão, Itália, França, estão próximas a zero. E a situação dos Estados Unidos é, para dizer, no mínimo incômoda.

Vamos aos dados. Os Estados Unidos já importam atualmente mais da metade dos 18 milhões de barris/dia que consomem. E sua produção doméstica vem caindo 3% ao ano desde 1986. As reservas provadas se reduziram de 30 bilhões de barris em 1980 para 25 bilhões atualmente.

Os norte-americanos gastam os tubos com a importação de óleo. Em 10 anos torraram nada menos que US\$ 500 bilhões (bilhões mesmo). Cerca de 450 mil empregos desapareceram em sua indústria petrolífera na década passada.

Diante disso, os Estados Unidos querem buscar petróleo em outros lugares para garantir o funcionamento de seu parque industrial, a circulação de sua gigantesca frota de veículos e o aquecimento de suas casas no inverno (que lá é rigorosíssimo, com temperaturas muitos graus abaixo de zero).

O que fazer? Bem, as maiores reservas de petróleo do mundo estão no Oriente Médio. Acontece que aquela área é um verdadeiro barril de pólvora. Basta lembrar a invasão do Kuwait pelo Iraque e a retaliação comandada pelos Estados Unidos.

Depois do Oriente Médio, as reservas mais importantes de petróleo estão na América Latina. Brasil, México e Venezuela têm reservas apetitosas em que as multinacionais querem meter a mão. Acontece que, nesses três países, o Estado protege as reservas porque todos sabem que o petróleo é a energia que move o mundo. Ou seja, trata-se de um produto estratégico. Logo, para terem acesso às reservas brasileiras, as multís têm que derrubar o Monopólio Estatal do Petróleo, consagrado na Constituição de 1988.

“Os países avançados não têm, em sua maioria, petróleo. São importadores desse produto que move o mundo. Por isso as multís querem derrubar o monopólio estatal do petróleo no Brasil, consagrado na Constituição de 1988”

Mas será que o monopólio vale a pena? Bem, graças ao monopólio o Brasil tem 10 bilhões de reservas, produz mais de 700 mil barris/dia, tem 10 refinarias, possui uma das maiores frotas de petroleiros do planeta e é detentor da tecnologia mais avançada do mundo na exploração de petróleo em águas profundas. Além disso,

a Petrobras gera 50 mil empregos diretos e mais de um milhão e trezentos mil empregos indiretos.

Haveria ainda muito a dizer, muitos dados e fatos a citar em favor do Monopólio Estatal do Petróleo. Os inimigos do monopólio costumam escondê-los e não revelam, apenas para citar um exemplo, que a Petrobras desde 1974 não recebe um tostão do Tesouro Nacional. Pelo contrário, recheia os cofres do Tesouro pagando US\$ 5 bilhões por ano de impostos.

Por essas e outras é fundamental manter intacto o Monopólio Estatal do Petróleo, garantindo uma conquista do povo brasileiro que já vem desde 1953. Atenção, portanto, à Revisão Constitucional.

Fernando Siqueira - Presidente da AEPET
O DIA - 19/02/95

A Farsa da Flexibilização

A Lei número 2.004 criou a Petrobras para suprir o País de derivados de petróleo aos menores custos para a sociedade. É com base nesse pressuposto que o monopólio do petróleo da União deve ser discutido.

A partir de 1988 e com os olhos voltados para 1994 - data da Revisão tudo foi feito e dito para desacreditar a Petrobras, principalmente junto aos constituintes que revisaram a Constituição. Gastaram montanhas de dinheiro para desinformar. A Aepet, então, soprou nos ouvidos dos parlamentares fatos e dados irrefutáveis. Por exemplo, a Petrobras, segundo a revista "Petroleum Intelligence Weekly", desde 1987 é a empresa petrolífera que mais cresce no mundo.

Nos últimos 14 anos, os preços dos derivados de petróleo, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, foram corrigidos com índices inferiores ao da inflação. Nesse contexto, os constituintes mantiveram o monopólio do petróleo da União como parte integrante da Constituição. Porém, a Petrobras e as reservas petrolíferas por ela já descobertas representam um patrimônio incalculável. Logo, os que estão interessados em se apoderar desta riqueza, no chamado programa de privatizações, a exemplo do que foi feito no México, criaram uma nova fórmula para quebrar o monopólio. Agora, a palavra de ordem é flexibilizar o monopólio para permitir parcerias da Petrobras com a iniciativa privada. Que maravilha!

Maravilha? Mas, o que significa flexibilizar o monopólio do petróleo?

Segundo os que querem rasgar a Constituição do Brasil, significa permitir que a iniciativa privada possa construir uma refinaria. Possa produzir o petróleo que já foi descoberto pela Petrobras. Possa transportar os derivados de petróleo produzidos pela Petrobras usando os oleodutos que foram construídos pela Petrobras, etc... Este é o discurso dos que querem enganar os incautos. Os tolos. Ou os otários, como definiu o ex-Ministro da Fazenda Ciro Gomes. Eles só não dizem quem é que vai pagar os investimentos feitos pela iniciativa privada.

Por exemplo, a iniciativa privada vai aceitar ser remunerada com o mesmo valor recebido pela Petrobras por barril de petróleo refinado? Será que vai se contentar em receber o mesmo valor que a Petrobras recebe por barril de petróleo produzido? Será que vai construir uma refinaria se souber que vai receber, apenas, 38% do preço que o consumidor paga pelo petróleo? Será que vai concordar em praticar preços abaixo da inflação? Ou será que, de repente, vai descobrir que é preciso aumentar os preços porque, senão, os projetos perdem a atratividade? Ou vai gritar dizendo que os 38% são muito pouco comparados com os 67% que recebe o refinador norte-americano? A propósito, o atual presidente da

Shell Brasil já disse que está interessado na flexibilização do monopólio do petróleo da União desde que os projetos sejam atrativos.

Traduzindo em miúdos, desde que os consumidores paguem pelos combustíveis preços maiores que os atuais.

Na verdade, os que estão acumpliciados para se apoderarem da riqueza brasileira desenvolveram, na área de petróleo, uma trama verdadeiramente diabólica. A Petrobras é "obrigada" pelo próprio Governo, pasmem, a vender os derivados de petróleo para as distribuidoras a prazo e sem cobrar os encargos financeiros vigentes no mercado. Esta sempre foi a tese principal da AEPET que, inclusive, foi motivo de amplo debate na CPI que apurou a crise financeira da Petrobras. E por que a AEPET afirmou que a tese dela é verdadeira? Simplesmente porque os dois maiores lucros já apresentados pela Petrobras, em toda a sua história, aconteceram nos anos de 1986 e 1994.

"A solução proposta pela AEPET é uma estrutura de preços idêntica à dos EUA"

E o que há de comum nestes dois anos?

Em 1986 aconteceu o Plano Cruzado que, ao estabelecer inflação baixa, limitou a transferência financeira da Petrobras para as distribuidoras. Aliás, a CPI da crise financeira da Petrobras concluiu que, em 1989, devido aos altíssimos índices de inflação, houve uma transferência financeira da Petrobras para as distribuidoras de US\$ 2 bilhões. Por outro lado, durante o ano de 1994, a partir de maio, a comercialização de combustíveis passou a ser em URV e, a partir de julho, passou a ser real e com baixa inflação. Isto é, a exemplo do já ocorrido em 1986, as transferências financeiras da Petrobras para as distribuidoras caíram drasticamente, traduzindo-se em lucro substancial para a Empresa. Uma outra tese defendida pela AEPET é a mudança da estrutura de preços. Se, em 1994, estivesse vigindo a estrutura de 1986, sem dúvida nenhuma o lucro da Petrobras seria de, pelo menos, US\$ 3 bilhões. Isto porque a estrutura de preços de 1986 remunerava melhor a Petrobras quando comparada com a de 1994 que sofreu distorções para enfraquecer economicamente a Companhia. Além disso, o mercado de 1994 foi substancialmente maior.

A AEPET espera que os congressistas não se deixem ludibriar pela tese da flexibilização. Os deputados e senadores precisam, apenas, perguntar aos adeptos da idéia: Quanto vai custar? Quem vai pagar? E como serão pagos os investimentos feitos pela iniciativa privada?

A solução proposta pela AEPET é uma estrutura de preços idêntica à dos EUA: as distribuidoras recebem 1,8% do preço que o consumidor paga pelo petróleo, enquanto, no Brasil, recebem 14%.

José Conrado de Souza
Diretor da AEPET
O GLOBO - 20/03/95

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) — Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro - RJ
CEP: 20031-000 — TEL.: 220-4774

■ Boletim da AEPET

■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto

■ Diagramação e Editoração: Selulloid Comunicação — Tel.: 220-3861